

GUSTAVO TEIXEIRA GODOY

**CIDADÃO
GLOBAL**

**O MANUAL TRIBUTÁRIO
E PREVIDENCIÁRIO DO
BRASILEIRO NO EXTERIOR**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

1. Conceito de Residência Fiscal	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Residência fiscal de acordo com a legislação brasileira	6
1.2.1. O “status” de residente e não residente	6
1.2.2. A saída em caráter definitivo	13
1.2.3. A saída em caráter temporário	18
1.2.4. Pessoas físicas a serviço de entidade governamental	21
1.2.5. Posição da RFB sobre teletrabalho de servidores no exterior	23
1.2.6. Saída definitiva para paraíso fiscal ou jurisdição com regime fiscal privilegiado.....	25
1.3. Dupla residência fiscal.....	29
1.3.1. A dúvida sobre a residência fiscal: A importância dos tratados internacionais	31
1.3.2. O funcionamento das regras de desempate (“tie-breaker rules”)	33
1.3.3. A compensação de impostos pagos no exterior	35
1.3.4. Desafios de “compliance” e controle para residentes fiscais em mais de um país	38

2. Procedimentos de Conformidade (“Compliance”)	41
2.1. Legislação aplicável	41
2.1.1. Da obrigatoriedade de entrega da Declaração de Ajuste Anual	41
2.1.2. Comunicação de Saída Definitiva do País	43
2.1.3. Declaração de Saída Definitiva do País	45
2.1.4. O papel do procurador: funções e deveres	49
2.1.5. Formalização junto ao INSS quanto à saída definitiva	51
2.1.6. Comunicação às entidades e instituições do setor financeiro	52
2.1.7. Modernização das contas de não residentes e o novo marco regulatória brasileiro	54
2.1.8. Remessas do investidor não residente.....	57
2.1.9. Registro de investimento estrangeiro direto após a saída definitiva do país.....	58
3. Tributação da Renda de Pessoas Físicas não Residentes	61
3.1. Conceito de renda	61
3.1.1. Considerações gerais.....	61
3.1.2. Do conceito de renda.....	64
3.1.2.1. Fundamentos constitucionais do conceito de renda	67
3.1.2.2. Fixação do período como pressuposto necessário para apuração da renda	70
3.1.2.3. Diferença conceitual entre renda e rendimento.....	71

3.1.3. O art. 43 do CTN	72
3.1.3.1. Disponibilidade econômica e jurídica	74
3.2. Renda auferida por não residente	76
3.3. Critérios de incidência do imposto de renda devido por natureza dos investimentos	79
3.3.1. Ganho de capital	79
3.3.2. Juros.....	82
3.3.3. Dividendos.....	85
3.3.4. Juros sobre o capital próprio	89
3.3.5. “Royalties”	92
3.3.6. Serviços	95
3.3.7. Resumo da tributação.....	98
4. Importância do Planejamento Pré-Emigratório	101
4.1. Mudança fiscal para os Estados Unidos.....	105
4.1.1. Adequação de ativos detidos nos EUA antes da residência fiscal.....	105
4.1.2. “Passive Foreign Investment Companies”	109
4.1.3. Alteração da base de custo: “Step-up” de ativos	112
4.1.4. Doações antecipadas e planejamento sucessório	112
4.1.5. Estratégias de renda e deduções	113
4.1.6. Reestruturação de entidades corporativas estrangeiras.....	114

4.1.7. Seguro de vida privado internacional	114
4.1.8. Aproveitamento de créditos fiscais internacionais	115
4.2. Mudança fiscal para Portugal	116
4.2.1. Contexto geral	116
4.2.2. Do encerramento do regime do residente não habitual	117
4.2.3. Autorização de residência para atividade d e investimento (“Golden Visa”).....	118
4.2.4. Incentivo fiscal à investigação científica e inovação.....	120
4.2.5. Do planejamento pré-emigratório	120
4.3. Mudança fiscal para a Itália.....	121
4.3.1. Considerações gerais	121
4.3.2. Do regime da “Flat Tax”	122
4.3.3. Do planejamento pré-emigratório	123
4.4. Mudança fiscal para o Paraguai.....	124
4.4.1. Considerações gerais	124
4.4.2. Residência fiscal e obrigações tributárias.....	125
4.4.3. Imposto sobre a renda das pessoas físicas.....	125
4.4.4. Atratividade internacional e regime simples.....	126
4.4.5. Como obter a residência fiscal.....	127
4.5. Mudança fiscal para o Uruguai	128

4.5.1. Considerações gerais	128
4.5.2. Residência fiscal.....	128
4.5.3. Tributação.....	129
4.5.4. Do planejamento pré-emigratório	130
4.6. Mudança fiscal para os Emirados Árabes Unidos	131
4.6.1. Considerações gerais	131
4.6.2. Tributação.....	132
4.6.3. Conclusão	133
4.7. Mudança fiscal para as Bahamas	133
4.7.1. Considerações gerais.....	133
4.7.2. Residência fiscal	134
4.7.3. Tributação	135
4.7.4. Transparência fiscal internacional	135
4.7.5. Do planejamento pré-emigratório.....	136

**5. Benefícios Previdenciários de Brasileiros
com Residência no Exterior** 137

5.1. Introdução.....	137
5.2. Direito à aposentadoria para brasileiros residentes no exterior	137
5.3. Aposentadoria no exterior	138
5.4. Acordos previdenciários internacionais	138

5.5. Contribuição ao INSS residindo no exterior.....	140
5.6. Recebimento e revisão do benefício a distância	143
5.7. Tributação.....	145
5.8. Importância do planejamento previdenciário	146
6. Discussões, Propostas e Ações que podem Impactar a Vida dos Brasileiros não Residentes	149
6.1. Projeto de Lei nº 1.087/2025	149
6.2. Medida Provisória nº 1.303/25.....	152
6.3. Projeto de Lei Complementar nº 101/21	153
6.4. Imposto mínimo global sobre o patrimônio	154
6.5. Estados Unidos: “Remittance Tax”	157
6.6. Estados Unidos: “Revenge Tax”	159
7. Conclusões	161
8. Bibliografia	165